

REVISTA de INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Brasília • ano 41 • nº 162
abril/junho – 2004

ESTUDOS EM HOMENAGEM A ANNA MARIA VILLELA

Organização
Jorge Fontoura

Um continente à deriva

Rubens Ricupero

Sumário

1. Os caminhos do retrocesso. 2. Explosões de desespero. 3. Brasil, florão da América. 4. Nossa América e a dos outros. 5. Existe América Latina?

Pela primeira vez, ao que eu saiba, a América Latina arrebatou à África o troféu do pior desempenho econômico entre todas as regiões supostamente em desenvolvimento. Com taxas de 0,4%, em 2001, e - 1,1%, em 2002, os latino-americanos ficaram longe dos 2,7% - 2,5% dos africanos. Não que haja muito a celebrar nesses últimos resultados, que mal superam a taxa demográfica. Nem se pretende extrair do fato conclusões absurdas. Como, por exemplo, a de que, em termos absolutos ou relativos, a África teria deixado de ser, em quase todos os domínios, o continente por excelência da desventura: guerras externas ou civis, genocídio, fome, AIDS, concentração da maioria esmagadora das economias mais atrasadas, os pobres entre os pobres, em inglês "Least Developed Countries" ou Países Menos Avançados (33 em 49 – o único LDC nas Américas é o Haiti).

Tampouco se deve esquecer que, para o desastroso desempenho de 2002, concorreram alguns fatores excepcionais, dificilmente repetíveis em circunstâncias regulares. Entre eles, o colapso da economia argentina e, em grau menor, o da venezuelana. Feitas essas ressalvas, não há como escamotear a

extrema gravidade do sinal. Em primeiro lugar, porque o contraste é penoso com o período de 1946 a 1975, quando a América Latina crescia entre 6% a 7% ao ano, na liderança indisputada das regiões em desenvolvimento. Passamos depois a modesto lugar intermediário entre os asiáticos e os africanos, sempre, porém, mais próximos da comissão de frente. Dessa posição, começamos agora a escorregar para baixo. Não tanto devido aos duvidosos progressos africanos, mas porque o espetacular avanço chinês e asiático ameaça engolir e confundir dentro da mesma nuvem de poeira todo o pelotão dos que ficaram para trás. Na abertura da reunião da Comissão de Comércio da UNCTAD, em fevereiro de 2003, foi um tanto cabisbaixos que os latinos tiveram de escutar o discurso triunfalista com o qual o embaixador da Índia justificava o deslocamento em direção à Ásia do fulcro das atividades econômicas. Em 1940, dizia ele, o continente asiático representava 60% da população e só 19% do PIB mundiais; em 1995, essas porcentagens eram de 57% e 37%, respectivamente, e, em 2025, estima-se que serão de 55% e 51%.

A segunda razão para julgar inquietante a rabeira dos anos passados é que, em vez de incidente isolado e atípico, ela indica tendência à estagnação e ao declínio que dura já, com breve interrupção, quase dois decênios, uma geração. De fato, após perder a década de 1980, parecia, a princípio, que os anos 1990 nos tinham devolvido o crescimento, embora não mais com a aceleração de antes. A partir de 1997-98, no entanto, o vento voltou-nos a ser contrário. Desde então, tivemos cinco anos de taxa negativa de menos 0,3% em termos per capita. É isso que levou meu colega, José Antonio Ocampo, Diretor Executivo da CEPAL, a afirmar que, após a “década perdida” dos 80, acabamos de ter meia-década igualmente perdida. Quando se lembra que a mesma CEPAL calculava em 6%, no mínimo, a taxa média de expansão indispensável para recuperar o atraso social e tecnológico do continente,

pode-se medir a distância que afasta o sonho da realidade.

A confirmar que se trata bem de uma tendência geral, não de mero episódio extraordinário, há outro indício significativo. De uns anos para cá, não existem mais exceções, novos casos de crescimento rápido, como pareceram ser, em certos momentos, o Chile, a República Dominicana, o México, a Costa Rica. Os melhores desempenhos mal conseguem superar a módica taxa de 4%.

Como explicar o fenômeno? Em 2001-2002, algumas das causas foram conjunturais, ligadas à recessão americana e mundial, assim como à conseqüente queda nos preços das principais exportações latino-americanas. O que estaria, contudo, por trás do declínio do crescimento per capita que se registra a partir de 1997-98?

Ocampo, que foi ministro de Finanças da Colômbia e é um dos mais sólidos economistas latino-americanos, com especial competência em temas financeiros, não hesita no diagnóstico. A causa comum dessa tendência generalizada é a exacerbada instabilidade da economia internacional, sobretudo o comportamento dos mercados de capital. Em conseqüência da crise asiática de 1997, os fluxos financeiros internacionais sofreram forte contração e, após 1998, o pagamento de juros começou a ser maior do que a entrada de novos capitais. As transferências de recursos se tornaram novamente negativas, em termos líquidos. A região voltou a ser exportadora de capitais, com uma saída de US\$ 39 bilhões, no ano passado, nível que não se via desde os anos 80. Por algum tempo, o processo foi compensado pela entrada de investimentos diretos (para as privatizações, por exemplo), mas esse não é mais o caso. Em 2002, os investimentos diretos chegaram apenas à metade dos ingressados em 1999.

A turbulência e volatilidade dos mercados de capital tiveram, assim, efeitos devastadores para os latino-americanos, vítimas de crises sucessivas e encadeadas: Ásia, Rússia, Brasil, Argentina. O ajustamento ao

encolhimento de recursos tem sido invariavelmente tentado pela via da desvalorização e da recessão interna, com todas suas seqüelas: desemprego, acirramento dos conflitos, aumento da desigualdade. O pior é que, mesmo quando tem êxito, o ajustamento permite apenas recomeçar o ciclo infernal: aumento do endividamento, instabilidade, novas crises. Os mercados financeiros são imperfeitos e tendem, inelutavelmente, a subestimar ou a exagerar os riscos. Sem uma reforma profunda, que os países ricos recusam, o retorno a esses mercados é só o intervalo que precede a crise seguinte. Enquanto não se tirar a lição dessa verdade, o continente continuará duplamente à deriva. Primeiro, porque seu crescimento seguirá errático, ao sabor dos humores dos mercados em situação de guerra, tensão internacional e incerteza política extrema. Segundo, porque os dirigentes não logram vislumbrar alternativa e, resignando-se a flutuar aos ventos e tempestades, abandonaram há muito tempo até a veleidade de comandar seu próprio destino.

1. *Os caminhos do retrocesso*

Em meados dos anos 90, houve um momento de ilusões. Acreditou-se que o fim da hiperinflação traria um círculo virtuoso de crescimento sustentado, melhora social e governos democráticos eficientes e honestos. O sonho durou pouco e hoje acumulam-se os sinais de miséria e desemprego. Esses indícios são, sobretudo, evidentes na América do Sul, onde têm sido numerosos e em aumento os episódios de revolta suicida e sem esperança. Ontem na Argentina, no Equador, no Peru, hoje na Venezuela e na Bolívia, saques, motins, levantes espontâneos e desorganizados engordam as estatísticas dos miseráveis mortos pela polícia e pelo exército. Mais e mais nessas latitudes, governar é reprimir.

Cada um desses episódios tem um fator específico que o desencadeou. Aqui, foi o impacto, sobre os pobres, do aumento de

impostos; ali, a elevação da taxa da água, do preço do botijão de gás, do combustível, o congelamento das contas bancárias. Na Colômbia, em vez dos levantes esporádicos e fugazes, a violência já se instalou permanentemente, com armas e bagagens, sob a forma da guerrilha aliada ao narcotráfico. No Brasil, há pouca violência politicamente organizada, mas, em compensação, o padrão que se esboça evoca em alguns aspectos o colombiano, até para pior: criminalidade selvagem, que é uma forma de guerra civil, ao lado da indústria capitalista do narcotráfico, que coordena levantes em presídios e fecha o comércio e as escolas no Rio, de maneira que seria inimaginável em Bogotá.

O pano de fundo dessa desintegração progressiva do sistema político e dos laços de coesão social é o persistente fracasso das políticas econômicas para retomar o desenvolvimento que o continente conheceu antes da crise da “década perdida” dos 80. A verdade é que enganamos o mundo e a nós mesmos com a afirmação de que tínhamos saído da crise da dívida externa de 1982. É certo que, um após o outro, todos os países conseguiram ajustes com o FMI e, graças aos títulos Brady, fecharam acordos de reestruturação com os bancos privados. O que fizemos, no entanto, foi apenas trocar uma espécie de dívida por outra diferente, escapar de uma armadilha para tombar em nova pior, sair do pelourinho para ficar amarrado no tronco. Lembramos os personagens de “O Anjo Exterminador”, de Buñuel. Quando nos libertamos, enfim, do suplício invisível que nos impedia de cruzar uma porta escancarada, quando acorremos à igreja e celebramos um *Te Deum* pela libertação, descobrimos subitamente, ao tentar sair, que alguma força misteriosa não nos permitia de novo transpor os umbrais do templo

Presos na armadilha do mercado financeiro desde 1997, perdemos mais meia década, com um declínio acumulado de 2% na produção econômica per capita ao longo de cinco anos. Em conseqüência, é dos mais

inquietantes o “Panorama Social da América Latina” apresentado pela CEPAL para 2001-2002. Nos primeiros anos da década de 90, a economia crescia modestamente e as taxas de pobreza melhoravam um pouco. A sucessão de crises financeiras, a partir de 1997, primeiro freou esse movimento para invertê-lo em seguida. Em 2000, ano excepcional para a economia mundial, o índice de pobreza no continente era de 42,1% da população e o de indigência declinava para 17,8%. No ano seguinte, a pobreza subiu para 43% e a indigência para 18,6%, tendo havido aumentos da primeira em doze países e da segunda em catorze. As estimativas para 2002 são de que a porcentagem de pobres foi de 44% e a de indigentes, de quase 20%, uma pessoa de cada cinco, no ano passado. Em termos absolutos, isso significa que, em relação aos números de 2001, houve acréscimo de cerca de 7 milhões, dos quais 6 milhões extremamente pobres. É claro que essa é a experiência média do continente, bastante influenciada pelo desastre sem precedentes na Argentina. Feita essa ressalva, não há como ignorar que tais cifras marcam “uma considerável deterioração da situação social da região”, segundo declara o relatório. Para se ter uma idéia do que representam esses números em pessoas de carne e osso, com um rosto, um destino, sonhos e aspirações, basta dizer que em 2001 a América Latina abrigava 214,3 milhões de pobres, sendo 92,8 milhões classificados como indigentes, aos quais é necessário acrescentar os 7 milhões a mais daquele ano.

O mais desanimador é a alarmante dimensão de retrocesso escondida nessa tendência. De fato, as porcentagens atuais superam as que tínhamos antes do início da crise da dívida, em 1980. Naquele ano, o índice de pobreza era de 40,5% e hoje é de 44%, quase quatro pontos percentuais a mais, enquanto o de indigência era de 18,6% e agora é de 20%. Aprendi isso a primeira vez no “Panorama” de 1998 e fiquei tão espantado que o citei em vários discursos e artigos. Vejo pelo “Panorama” atual que não

conseguimos, após duas décadas, sequer voltar ao ponto em que estávamos ao iniciar-se a derrocada!

Não tenho prazer algum em chamar a atenção para um fracasso, que, afinal, é de todos. Diante, porém, do espetáculo de tantos dirigentes, um pouco por toda a parte, aferrados a quimeras, ostentando um falso sentimento de segurança, seria imperdoável calar. É preciso, ao contrário, clamar aos céus, oportuna e inoportunamente, como queria o Apóstolo Paulo, que certos aspectos (não todos) das políticas econômicas abraçadas por convicção ou impostas de fora são perversos e estão na raiz das explosões sociais que se sucedem. Com humildade e comedimento, reconhecendo que os governos estão em situação difícil e terão de ser ajudados a encontrar uma saída, é indispensável proclamar, ao mesmo tempo, que não é possível continuar assim: vinte anos de crise e retrocesso bastam para mostrar que esse é o caminho do desastre.

2. *Explosões de desespero*

Embora os desempenhos sociais variem e alguns países ou setores apresentem avanços, enquanto outros regridem, as análises demonstram que as diferenças preexistentes não bastaram para evitar que, de modo geral, a situação se deteriorasse na média do continente. Nenhum país é possivelmente mais diferente da Argentina do que o Equador. O Peru não se parece em quase nada à Venezuela. Nem esta última à Bolívia. Não obstante, todos eles conheceram recentemente episódios similares de levantes de massa, saques e violência espontânea. Em exemplo algum se detectou o dedo escondido dos quase extintos partidos comunistas, nem se repetiram acusações à subversão vinda de Cuba, ou se suspeitou de uma manipulação qualquer da parte de movimentos guerrilheiros. Todos, sem exceção, gozavam de governos eleitos em escrutínios tão democráticos e livres quanto podem ser nessas latitudes. Finalmente, quase todos, a Bolívia e a Vene-

zuela de 1990-91, a Argentina de Menem, o Peru de Fujimori, foram propostos, em algum momento, à admiração universal pela determinação com que teriam aplicado as reformas receitadas pela ortodoxia.

Como explicar a coincidência de desastres parecidos em países tão diferentes? Três fatores chamam a atenção em todas as autópsias: 1º) o papel decisivo da dívida, das crises financeiras e da dependência dos mercados externos, responsáveis na América Latina por quinze anos perdidos em vinte; 2º) a deterioração de quase dois pontos percentuais na taxa de pobreza da região, de 41,5% em 1980 para 44% em 2002, e de 1,5 ponto na de indigência, de 18,6% a 20% no mesmo período, resultado provavelmente sem precedente histórico; 3º) a pior crise de emprego do continente em trinta anos, segundo o “Labour Outlook 2002”, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

De acordo com a CEPAL, o desemprego passou de 8,4% em 2001 para 9,1% no ano seguinte, a mais alta taxa jamais registrada. A OIT calculava, para o desemprego urbano, 9,4% em março de 2002 e projetava para o ano o índice de 9,8% (no estudo “Globalización y trabajo decente en las Américas”). Essa taxa equivalia a cerca de 18 milhões de pessoas. A deterioração começou em 1995 – não por acaso o ano da crise mexicana e início da série de crises – e agravou continuamente a taxa média, até então em torno de 6%.

Na Argentina, o desemprego saltou de 7,5% em 1990 para 17,4% em 2001 e era estimado em 21,5% nos primeiros nove meses de 2002. Para os demais países onde se acentuaram as perturbações, os índices pioraram sempre, entre 1990 e 2001: na Bolívia, de 7,2% a 8,5%; no Equador, de 6,1% para 10,4%; no Peru, de 8,3% a 9,2%; na Venezuela, de 11,0% a 13,5%, com projeção para 15,5% até setembro de 2002 (“Global Employment Trends, ILO, www.ilo.org/inform).

No continente, o desemprego urbano para as mulheres era 45% superior ao dos

homens e o dos jovens atingia quase o dobro. Retrato de uma semi-década perdida: em 1990, 63 milhões de trabalhadores urbanos, 45% da população economicamente ativa, não tinham emprego decente. Em 2002, essa cifra chegou a 93 milhões ou 50,5% da população. O pior é que sete de cada dez empregos criados nesse período se localizam no setor informal, em que apenas dois de cada dez empregados têm acesso a benefícios sociais. A desocupação não só cresce fisicamente, mas é acompanhada por maior vulnerabilidade social e privação de direitos trabalhistas.

O “Panorama Social” da CEPAL, 2001-02, assinala que mesmo os sinais encorajadores, os indicadores que justificam a esperança no longo prazo, são neutralizados pelo crescimento anêmico. Esse é o caso do salto impressionante, entre 1990 e 1999, no número de profissionais e técnicos qualificados. De um aumento de 32 milhões de indivíduos com idade de trabalhar, quase 8 milhões possuíam qualificação além do secundário. Sem embargo, até essa categoria mais “empregável” tem sido subutilizada ou desperdiçada devido ao déficit de crescimento. Entre o começo e o fim da década de 1990, não só se agravou a desocupação dos menos qualificados como igualmente a dos técnicos e profissionais, para os quais a taxa se elevou de 3,8% para 6,6%.

Já perdi a conta das vezes em que tomei um táxi no Brasil para descobrir que o motorista possuía curso superior. É o que diz em linguagem técnica o “Panorama Social” da CEPAL: no Brasil e no México, chega a mais da metade (58%) a porcentagem de técnicos e profissionais que trabalham no comércio ou em serviços pessoais (como táxis). De um total de 19 milhões da categoria, 4,5 milhões não conseguem trabalhar em suas especialidades. Um milhão estão desempregados. O restante trabalha em empregos com salários mais baixos do que se justificaria “com o investimento feito em sua educação, representando assim séria perda tanto em nível individual como coletivo”.

A explicação é que as economias da região não crescem o bastante para criar empregos que absorvam a rápida expansão na oferta de profissionais e técnicos (a baixa qualidade do ensino também influi). Vê-se pelo exemplo que a educação não é, por si só, panacéia para superar o subdesenvolvimento. Já deveríamos ter aprendido na radicalização dos anos 60 e 70 que, se não houver política macroeconômica capaz de impulsionar o crescimento e gerar emprego, a educação superior vai apenas produzir legiões de frustrados como os que engrossaram os movimentos guerrilheiros na Argentina e no Uruguai. A diferença é que, hoje, em lugar de pegar em armas, eles pegam o primeiro avião para levar aos EUA, ao Canadá, à Austrália seus talentos e o investimento efetuado em sua formação. Ao apresentar em Lima o documento da OIT, o diretor-geral da organização, o chileno Juan Somavia, aludiu aos acontecimentos na Argentina e comentou que estávamos lidando com populações desesperadas diante da situação de párias da globalização a que tinham chegado. Se a situação não for revertida, dizia ele, haverá explosões de pobreza, fome e desespero, que ameaçarão a estabilidade política, pondo em perigo a capacidade das sociedades latino-americanas de preservarem uma coexistência democrática. Longe de ser alarmista, meu amigo Somavia foi até moderado. Vendo o que se passa na Venezuela, na Colômbia, na Bolívia, não há como negar que as explosões já começaram e vão continuar. A dúvida é uma só: quem será o próximo?

3. *Brasil, florão da América*

Em matéria de desigualdade, não se nota divergência apreciável de padrões entre norte e sul da América Latina, em contraste com o que ocorre, por exemplo, na crescente dependência econômica e comercial em relação aos Estados Unidos. No livro sobre distribuição da renda na região, publicado pela CEPAL em 2001, o autor, Samuel A.

Morley, relaciona, como os países de maior desigualdade pelo grau e persistência, o Brasil, o Chile, a Guatemala, Honduras, o México e o Panamá, dois do sul e quatro do norte. Em outra passagem, assinala que “a desigualdade subiu abruptamente” (nos anos 1980) “nas maiores economias da região – Argentina, Brasil, Chile e México – e não mostrou nenhuma tendência a declinar após 1990”. O panorama é, portanto, uniforme, constante e deprimente.

Na mesma obra, afirma-se que, independentemente do método de medição, a América Latina tem, em média, a distribuição mais desigual do globo. Estudo de Deininger e Square para o Banco Mundial (1996) comparou os coeficientes *Gini* de desigualdade para 108 nações ao longo de 30 anos. Resultados: 1º) a distribuição na América Latina não é só a mais desigual, mas assim tem sido ao menos desde 1960 e, em realidade, desde que se começou a dispor de estatísticas sobre o assunto; 2º) no Oriente Médio e na África, as duas outras áreas com índices comparáveis, a desigualdade caiu substancialmente, enquanto na América Latina, após redução ligeira nos anos 1970, a desigualdade se agravou a partir dos anos 1980, sendo a única região na qual essa taxa permaneceu imobilizada, sem mudança, no elevado patamar inicial. A melhoria passageira coincidiu com o último período de crescimento firme e difundido por todo o continente, trinta anos atrás. As crises financeiras e suas seqüelas, após 1980, provocaram uma reversão e, em 1990, todos os indicadores haviam sofrido um retrocesso de três décadas; quase um terço do século 20 foi desperdiçado caminhando para trás justamente em um dos aspectos mais retrógrados da herança do passado.

O “Panorama Social” 2000-2001, da CEPAL, constata que, apesar dos inegáveis avanços como o aumento do gasto social e da preocupação com a distribuição, fracasamos em obter melhoria substancial nessa área, não existindo, tampouco, sinais promissores para crer que a situação mudará

significativamente no curto ou médio prazo. Dos 17 países analisados, só dois (Honduras e Uruguai) fecharam a década de 1990 com progresso em reduzir a desigualdade. Mesmo nas poucas economias que registraram crescimento satisfatório como a chilena, não se conseguiu diminuir o elevado grau de concentração e de disparidade social. É bom recordar que esse era o retrato do problema antes da crise na Argentina, Venezuela e Uruguai, as quais tiveram e continuam a ter devastadoras conseqüências em termos de recessão, desemprego e desigualdade.

Sem se aventurar no terreno da interpretação histórico-social, Morley limita-se a diagnosticar as causas imediatas da desigualdade. Primeiro, desequilíbrio educacional, que faz da América Latina o continente com o mais alto diferencial entre os dotados de educação superior e o resto. Enquanto a Ásia investiu em universalizar a educação primária e secundária, os latinos se resignaram à evasão escolar a partir do primário, utilizando o dinheiro poupado com o secundário a fim de expandir as universidades para as elites. Segundo, a região tem a distribuição de terra mais iníqua do mundo. Esse padrão, somado à expansão e ao êxodo de uma população rural sem qualificação, gera oferta excessiva de mão-de-obra de baixa produtividade, deprimindo os salários (quando há emprego).

O fator mais importante é o abismo que separa a renda média dos ricos dos demais degraus da pirâmide, muito maior do que nas demais regiões. Os ricos na América Latina são muito mais ricos em relação ao restante da população do que em outras partes. Os 10% no topo são responsáveis por dois terços a três quartos da desigualdade total na maioria dos países examinados. Existem, é claro, diferenças sensíveis entre a renda dos que estão no fundo do poço e os graus intermediários e superiores, mas essas diferenças são similares às de outros continentes. O que de fato singulariza a excepcionalidade latino-americana é a imen-

sa, incomensurável distância entre os *happy few* e o resto.

Em quase todos esses aspectos, é o Brasil espelho fiel da situação regional. O nosso país tem o duvidoso título de possuir a sociedade mais desigual no continente mais desigual do globo. O "Panorama" da CEPAL 2000-01 registra que o coeficiente *Gini* brasileiro (0,64) é o mais elevado de todos, seguido pelo da Bolívia, Nicarágua e Guatemala. Entre nós, a renda dos 10% mais ricos é 32 vezes maior que a dos 40% mais pobres, ao passo que essa relação para a região como um todo é em média de 19,3 vezes. Exceto na Costa Rica e no Uruguai, no resto da América Latina, os 10% mais ricos controlam por volta de 30% da renda, o que no Brasil sobe a 47,1%. Somos também o único país onde mais da metade da população, 54,8%, para ser preciso (1999), tem renda inferior a 50% da média.

É fácil continuar a alinhar dados desse tipo, mas o exercício seria supérfluo pois as conclusões são claras. Não é possível negar que, nos últimos vinte anos, as crises financeiras, as recessões e o crescimento errático ocasionaram retrocesso na luta contra a pobreza, a indigência, o desemprego e a desigualdade. Algo está errado com a receita. É preciso corrigi-la e, ao planejar reformas indispensáveis como a dos impostos e a do mercado de trabalho, evitar medidas que agravem ainda mais a desigualdade, como infelizmente aconteceu em países vizinhos, de acordo com as análises da CEPAL.

4. Nossa América e a dos outros

Uma das provas mais irrefutáveis de deterioração das perspectivas econômicas e de mobilidade social é quando um país ou uma região passam de pólo de atração de trabalhadores de fora para a situação de nações que exportam seu melhor capital, os recursos humanos. Quando as pessoas buscavam fugir em massa da Alemanha do Leste ou dos países comunistas da Europa, a propaganda ocidental dizia que elas esta-

vam votando com os pés. É isso que sucede agora na América Latina.

Semanas antes de morrer abandonado em Santa Marta, Simón Bolívar escrevia na véspera da partida para o exílio que “aquele que serve uma revolução ara no mar”. Além dessa frase célebre, deixou-nos o moribundo outra, por razões compreensíveis pouco citada, mas inconscientemente seguida por milhões e milhões de indivíduos: “Em nossa América, só há uma coisa a fazer: emigrar!”.

Nossa América, dizia o Libertador, para distingui-la da América deles, dos outros, a do Norte, na qual, para começar, os pais da pátria, Washington, Jefferson, morriam cobertos de honra, sem temor de serem escorraçados e proscritos, quando não assassinados, como Sucre. Desde o início, a que teve o melhor ponto de partida encarnou a idéia da terra da promessa, a que impressionou Tocqueville, serviu de modelo às falsas cópias dos demais e de pólo de atração às massas de trabalhadores da Irlanda, Alemanha, Itália, judeus da Europa oriental. A partir de meados do século 19, o sonho de “fazer a América” contagiou a outra metade e não faltaram imigrantes europeus, árabes, judeus, japoneses para ajudar a povoar as paragens meridionais. Esse movimento, do qual muitos no Brasil somos os herdeiros, estendeu-se até os primeiros anos após a 2ª Guerra Mundial. Desde então, o fluxo se estancou para depois inverter bruscamente de sentido, passando a fluir do sul para o norte, para a outra margem do Atlântico e do Pacífico. Como diz meu amigo Sérgio Danese, hoje “a América são eles”, isto é, os EUA, mas também a França, a Itália, a Espanha, a Inglaterra, o Japão, a Suíça, até o pequeno Portugal. A esperança de vida melhor mudou de lado e não há sinais de que tão cedo voltaremos a tê-la do nosso.

A Argentina é o exemplo mais dramático dessa reviravolta. Em termos relativos, nenhum país, mesmo os EUA, deve tanto aos imigrantes como a terra de promessa por excelência, a Argentina de 1880 a 1914.

Transformada agora em país de emigração, apesar de subpovoada, em vias de perder muitos de seus melhores talentos, a vizinha nação registra a cada ano balanços negativos mais altos entre partidas e chegadas. Os mexicanos começaram cedo, desde o início do século 20, a emigrar para os EUA, mas o movimento se acelerou enormemente nos últimos vinte anos. Em 1980, haviam sido oficialmente registrados nos EUA perto de 2 milhões e 200 mil mexicanos, cifra que saltou para 4,3 milhões, em 1990, e 7,5 milhões em 1998. Um caso extremo é o de Porto Rico, cuja população era de 3,8 milhões (1998), ao passo que outros 2,7 milhões, o equivalente a 70% do total, viviam nos EUA.

Aliás, esse é, ao lado do intercâmbio comercial, outro aspecto que diferencia nítida e crescentemente o norte em relação ao sul da América Latina. Tanto em matéria de exportações e importações, quanto na direção dos fluxos migratórios, o México, o Caribe, a América Central se caracterizam por um grau muito mais intenso de concentração nos Estados Unidos do que os mais distantes países sul-americanos. Em outras palavras, a integração das nações setentrionais com o espaço econômico norte-americano se faz não só por meio das trocas comerciais, mas também pela exportação de mão-de-obra. Para ter idéia de como se tem acentuado essa tendência, vale lembrar que, nos anos 1980, um terço da migração legal para os EUA provinha do Caribe, calculando-se, em nossos dias, que caribenhos e mexicanos respondem por 80% a 90% dos 8 milhões de clandestinos (54% mexicanos). O mesmo ocorre com a América Central: ao longo dos últimos 175 anos, cerca de 1,1 milhão de centro-americanos ingressaram como imigrantes nos EUA, dos quais 90% chegaram depois de 1980.

No sul, as partidas também se intensificam, mas as destinações são mais diversificadas, embora os EUA conservem a primazia. Os equatorianos que emigraram são 16% da população ativa, boa parte nos EUA,

constituindo, ao mesmo tempo, a principal mão-de-obra da agricultura do sul da Espanha. Estima-se que 2,2 milhões de peruanos tenham emigrado e cerca de 300 mil abandonem o país anualmente, muitos dirigindo-se igualmente à Espanha e a destinos latino-americanos. O Brasil, com mais de 2 milhões de nacionais no exterior, possui a originalidade de um forte contingente, talvez 250 mil, no Japão.

O fenômeno é mundial – 200 milhões emigram por ano – e traz benefícios inegáveis. A título individual, como instrumento de mobilidade social, encontra-se um bom exemplo no Secretário de Estado americano, Colin Powell, filho de jamaicanos. Para os EUA, sonho da maioria, as vantagens vão dos cérebros que enriquecem o Vale do Silício ao “exército de reserva” de mão-de-obra que possibilitou acelerar o crescimento, mantendo deprimidos os salários. Para os países exportadores de gente, além do alívio da pressão demográfica, a recompensa vem pelas remessas financeiras dos emigrados, equivalente em 2002 a US\$ 32 bilhões para a América Latina, 31% do total mundial, dos quais 78% vieram dos EUA. O México sozinho recebeu US\$ 10,5 bilhões, o dobro das exportações agrícolas, mais que o turismo e dois terços do petróleo. A América Central ganhou US\$ 5,5 bilhões; o Caribe, US\$ 5,45 bilhões; e os andinos, US\$ 5,4 bilhões. O BID, fonte dos dados sobre remessas (os relativos às migrações são da Organização Internacional para as Migrações), calcula que as remessas para o Brasil em 2001 foram de US\$ 2,6 bilhões, mas julga que a cifra está aquém da realidade.

É esse o panorama da nossa América, sobretudo depois de 1980. A deles, não apenas os EUA, mas o Canadá, a Austrália, oriundos do mesmo movimento de colonização, não precisa exportar gente. Essa diferença crucial basta para mostrar o que separa o êxito histórico da América do Norte e outros países como a Austrália da experiência frustrante da América Latina e do Caribe. Pode-se dizer o que se quiser para

valorizar os aspectos positivos e atenuar a amargura dessa evolução, mas é difícil ignorar o que relatava o “Clarín”, de Buenos Aires, sobre a atitude das pessoas no país onde era mais forte a tentação de emigrar. Em artigo sobre a mobilização popular após a crise argentina, dizia o jornal que a resposta mais freqüente à pergunta acerca do sentido dessa mobilização era simplesmente: “Porque não quero que meus filhos tenham que ir embora do nosso país!”.

5. *Existe América Latina?*

Após examinar o que vem acontecendo no continente em matéria de desempenho social, é tempo de tentar extrair algum sentido e encontrar explicações para as semelhanças e diferenças, medindo a importância de umas e outras.

Não se pretende aqui negar o óbvio: que, em termos de línguas, passado histórico, tradições culturais, problemas comuns, os povos da América Latina são menos diferentes entre si do que os da Ásia, Europa, África, onde às vezes um só país abriga cem idiomas e etnias distintas. A unidade básica não tem impedido, contudo, que se venha acentuando, nos últimos tempos, tendência à crescente diversificação entre o México, a América Central e o Caribe, de um lado, e a América do Sul, do outro. Para evitar repetir os nomes das regiões, falaremos simplesmente em norte e sul da América Latina.

A diferenciação vem-se fazendo mais nítida em dois setores fundamentais: o grau de instabilidade política e a dependência econômica e comercial em relação aos Estados Unidos. No primeiro caso, o norte aparece mais calmo, menos instável que o sul e essa mudança é recente. Até os anos 80, a América Central era o “homem doente” do continente, com o sandinismo no poder na Nicarágua, a guerrilha fortemente organizada em El Salvador e a guerra civil com tinturas de genocídio na Guatemala. No Caribe anglófono, a Jamaica de Michael

Manley era o foco das preocupações, embora as complicações aumentassem em Granada e outras ilhas. A República Dominicana se recuperava lentamente do longo reino de terror de Trujillo e da intervenção estrangeira de 1966; a tragédia haitiana provocava novas intervenções; a hostilidade não só de Washington, mas de outros governos contra Cuba, mantinha-se em nível perigoso. Completavam o quadro os temores americanos pela segurança do Canal do Panamá, devido à aproximação entre Noriega e Castro, bem como os sangrentos acontecimentos do Suriname, que, embora fisicamente na América do Sul, apresenta, como a Guiana, muitos traços caribenhos.

Lançando hoje o olhar a esse vasto espaço varrido pelos furacões, que se estende dos desertos mexicanos à “poeira de ilhas” do Caribe, o que se vê é uma placidez cálida, embalada por salsas e merengues, calipsos e reggae. O contraste não poderia ser maior com os roncões subterrâneos, as súbitas erupções antecipadoras de explosões vulcânicas, ao longo de todo o arco andino, da Venezuela à Colômbia, Bolívia, Peru, Equador até a Argentina ao sul. Pelo menos até agora, o fim da guerrilha na América Central aparentemente inaugurou fase de estabilidade menos precária do que a partida dos ditadores militares sul-americanos. Será ilusório, fugaz, um descompasso apenas entre norte e sul no eterno retorno do ciclo de turbulência?

À medida que se avança para o norte, aumenta, na mesma proporção, a intensidade da dependência econômica e comercial em relação aos EUA. O grupo mais setentrional – México, América Central, alguns caribenhos mas incluindo também a Colômbia e a Venezuela (devido ao petróleo) – encontra no mercado americano o destinatário de um máximo de 88% a um mínimo de 48% de suas exportações (a porcentagem das importações é parecida). Para o segundo grupo – Equador, Chile, Bolívia, Mercosul –, os EUA absorvem de 38%, no caso do Equador, até apenas 8%, no Paraguai, do

total das exportações (para o Brasil, tem oscilado nos últimos anos entre 24% e 19%). Os resultados são similares quando se examinam outros índices de dependência econômica: origem dos investimentos diretos, localização dos maiores credores da dívida, fontes de remessas financeiras de imigrantes, proveniência de turistas, etc.

A primeira conclusão dessa análise é que a geografia ainda conta e muito, apesar de tudo o que se diz sobre a globalização e seu suposto efeito de anular a distância. Não é novidade que, desde os primórdios coloniais, os ianques sempre dispensaram, para o bem e para o mal, atenção prioritária ao seu entorno físico imediato, boa parte do qual – da Flórida e Porto Rico à Louisiana, Texas, Califórnia – compraram, anexaram ou associaram. A doutrina Monroe, a política do “big stick”, as guerras contra o México e a Espanha, as repetidas intervenções e ocupações na Nicarágua, Haiti, Cuba, Panamá tiveram basicamente por cenário essas extensões terrestres e marítimas do norte. Nesse sentido, existe uma linha de continuidade histórica desse passado com o padrão recente. O “big stick” e as intervenções sobreviveram no apoio aos “contras”, nas operações clandestinas de financiamento e orientação ao combate musculoso da guerrilha, chegando diretamente ao uso da força em Granada e no Panamá. Mais ao sul, exceto em episódios como a queda de Allende e, em razão das drogas, a guerrilha colombiana, os métodos são mais sutis.

A mesma diferença de padrão se manifesta em matéria econômica. Compare-se, por exemplo, a ajuda pronta, maciça e eficaz com que se socorreu o México na crise da “tequila” com a indiferença e frieza diante das convulsões agônicas da Argentina. Se as invasões de Granada e Panamá constituem eco distante das intervenções dos “marines” e do “big stick”, a política da “boa vizinhança” ou a Aliança para o Progresso, versões mais benignas da política norte-americana, reaparecem na ALCA. Tampouco é surpresa que esta tenha come-

çado pelo México (NAFTA) e pelo Caribe (“Caribbean Basin Initiative”) e que as recentes ofertas tarifárias americanas nas negociações da ALCA estabeleçam uma sábia dosagem descendente, favorecendo primeiro os caribenhos, depois os centro-americanos (com os quais já estão negociando acordo separado), um pouco menos os andinos, para atingir, na rabeira, os sulistas. Nada mais lógico pela geografia e pela história.

A segunda e mais relevante conclusão é que a diversificação é real e crescente, mas é sobretudo de grau, não de essência. Ela se processa dentro do padrão comum, que é a dependência geral em relação aos EUA. O que dá unidade irreduzível à América Latina e ao Caribe é a forma de inserção no mundo. No passado, como colônias de exploração, fornecedoras de produtos primários aos mercados internacionais; no presente, como economias em larga medida ainda dependentes da exportação de “commodities” e da importação de poupança externa. Mesmo os êxitos, reais ou aparentes, como o

aumento das exportações mexicanas graças ao acordo do NAFTA, são relativos. Não só parcela expressiva dessas exportações provém das maquiladoras, em que é baixo o grau de valor agregado, como as indústrias exportadoras se concentram muito ao longo da fronteira norte, ameaçando agravar a polarização. Além disso, não houve melhora expressiva nos índices sociais.

Situando-se na área direta da afirmação da hegemonia americana, a região terá de redefinir o modo como se relaciona com os EUA, se quiser reformular em termos qualitativos sua inserção global. Basta atentar nos índices de pobreza, indigência, concentração de renda de expulsão de mão-de-obra, uniformemente insatisfatórios, para constatar que nenhum desses países teve pleno êxito em mudar o patamar qualitativo da inserção. É essa deficiência comum que permite continuar a afirmar, apesar da diferenciação, a fundamental unidade da América Latina como problema ainda à espera de solução.